

P R E F E I T U R A   M U N I C I P A L   D E   V I T O R I N O  
E S T A D O   D O   P A R A N Á

LEI Nº 498/94

Súmula: Estima a RECEITA e Fixa a  
DESPEGA para o exercício de  
1995.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VITORINO, ESTADO DO  
PARANÁ, APROVOU, E EU, JOVINO ELDO PERIOLO, PREFEITO MUNICIPAL,  
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Geral do Município  
de Vitorino, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de  
1995, composto pelas RECEITAS e DESPESAS do Erário Municipal, do  
Fundo Municipal de Saúde e do Fundo de Previdência Municipal,  
discriminado pelos Anexos integrantes desta LEI, elaborado de  
acordo com as normas vigentes, que estima a receita em R\$  
2.438.000,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e oito mil  
reais), e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a  
arrecadação de tributos, rendas e outras receitas Correntes e de  
Capital, na forma da legislação vigente e de acordo com o  
seguinte desdobramento:

1. RECEITAS DO TESOUREO MUNICIPAL

1.1 - RECEITAS CORRENTES .....R\$ 2.023.000,00

Receita Tributária .....	R\$ 211.000,00
Receita Patrimonial .....	R\$ 120.500,00
Receita Industrial .....	R\$ 5.000,00
Transf. Correntes .....	R\$ 1.662.000,00
Outras Rec. Correntes .....	R\$ 24.500,00

1.2 - RECEITAS DE CAPITAL .....R\$ 227.000,00

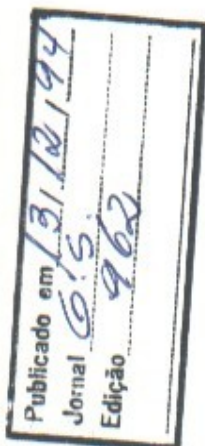
Operações de Crédito .....	R\$ 50.000,00
Alienação de Bens .....	R\$ 20.000,00
Transf. de Capital .....	R\$ 157.000,00

SUB TOTAL DA RECEITA .....R\$ 2.250.000,00

2. RECEITA DO FUNDO DE SAUDE

2.1 - RECEITAS CORRENTES .....R\$ 1.700,00

Receita de Serviços .....	R\$ 300,00
Transf. Correntes .....	R\$ 1.200,00



Outras Rec. Correntes .....	R\$	200,00
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL .....	R\$	1.300,00
<b>* SUB-TOTAL RECEITA FUNDO .....</b>	<b>R\$</b>	<b>3.000,00</b>

<b>3. RECEITA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL</b>		
3.1 - RECEITAS CORRENTES .....	R\$	185.000,00
Receita de Contr. ....	R\$	52.000,00
Receita Patrimonial .....	R\$	70.000,00
Transf. Correntes .....	R\$	52.000,00
Outras Rec. Correntes .....	R\$	11.000,00

**SUB-TOTAL FUNDO PREVIDÊNCIA.....R\$ 185.000,00**

**TOTAL GERAL DA RECEITA .....R\$ 2.438.000,00**

**Art. 3º** - A Despesa será realizada segundo as discriminações constantes dos quadros que integram esta Lei, de acordo com a legislação vigente e terão o seguinte desdobramento:

CÂMARA MUNICIPAL .....	R\$	90.000,00
GOVERNO MUNICIPAL .....	R\$	70.000,00
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.....	R\$	215.500,00
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS .....	R\$	113.500,00
DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO.....	R\$	480.000,00
DEPARTAMENTO SERVIÇOS URBANOS.....	R\$	378.000,00
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CULTU- RA E ESPORTES .....	R\$	578.000,00
DEPARTAMENTO DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL .....	R\$	325.000,00

**TOTAL DESPESA C/REC.TESOURO .....R\$ 2.250.000,00**

**DESPESAS COM O FUNDO SAÚDE.....R\$ 3.000,00**

**DESPESAS C/FUNDO PREVIDÊNCIA.....R\$ 185.000,00**

**TOTAL GERAL DA DESPESA .....R\$ 2.438.000,00**

**Art. 4º** - O Executivo Municipal, fundamentado na Constituição Federal, Constituição do Estado do Paraná, e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica autorizado a:

1. Abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite correspondente a 15% (quinze por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, alterando se necessário o programa de investimento, assim como criar novos elementos de despesas;

2. Realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária, para atender insuficiência de caixa, em qualquer mes do exercício financeiro, até o limite fixado na

Publicado em 13/12/94  
Jornal G.S.  
Edição 962

Constituição Federal, podendo dar em garantia parte das cotas a que tem direito quanto ao retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - pertencentes ao Município de Vitorino, ou parte das cotas do Fundo de Participação do Município - FPM -, pertencentes a este Município;

3. Efetuar Operações de Crédito até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), observado a legislação pertinente;

**Art. 5º** - As despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos, necessários a realização de obras quando administrados por Administração direta, poderão ocorrer à conta do elemento 4110.00 - Obras e Instalações.

**Art. 6º** - Em decorrência aos dispostos no artigo 6º e seu Parágrafo Único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos, as dotações atribuídas as diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais de uma para outra unidade.

**Parágrafo Único** - As redistribuições de recursos da autorização contida neste artigo, não serão computadas para efeito do limite fixado no artigo 4º item I, desta Lei.

**Art. 7º** - Fica também autorizado e não será computado para efeito do limite do Art. 4º, item I, desta Lei, a suplementação pelo Excesso de Arrecadação sobre a previsão orçamentária, verificado a tendência do exercício.

**Art. 8º** - Os órgãos da Administração Indireta, Fundações e Fundos instituídos pelo Município, que recebem transferências à conta desta Lei, terão orçamentos próprios elaborados e aprovados na forma da legislação em vigor.

**Parágrafo Único** - Os orçamentos próprios de que trata este artigo poderão ser suplementados por Decreto do Poder Executivo Municipal, na forma do Parágrafo 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 9º** - Esta Lei entrara em vigor em 1º de janeiro de 1995, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vitorino, Estado Paraná, em 18 de novembro de 1994.

Publicado em	13/12/94
Diário	65
Edição	962

*Jovino Elso Periolo*  
Jovino Elso Periolo  
Prefeito Municipal